



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO; COMISSÃO DE  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**

**TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA**

**LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo**

**DATA: 25-03-19**

---

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Bom dia a todas. Com a presença dos Srs. Vereadores que em seguida serão anunciados. Eu, Gilson Barreto Presidente da Comissão de Administração Pública, nos termos do Ar. 43 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, declaro abertos os trabalhos da Audiência Pública.

Informo que essa reunião é transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo, [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br) link Auditório online. Essas audiências públicas foram requeridas por três comissões: A nobre Vereadora Soninha pela Comissão de Finanças e Orçamento; Vereadores: Natalini e Alfredinho pela Comissão de Administração Pública; Vereadores: Suplicy e Beto Social pela Comissão de Educação, Culturas e Esportes.

Estão presentes os Srs. Carlos Henrique Prestes Camargo, Promotor de Justiça do Meio Ambiente; os membros do Conselho Gestor do Parque Chácara do Jockey Sra. Sueli Moretti, Sra. Marina Toledo e a Srs. Carmem Caballeria Ferreira, Pedro Moura Leite. Assim como os membros do movimento do parque da Chácara Renato Mancini, Renê Costa, Francisco Podião.

Passo a presidência doa trabalhos ao nobre Vereador Eliseu Gabriel, Presidente da Comissão de Educação, Culturas e Esportes e a nobre Vereadora Soninha que representa que representa Comissão de Finanças e Orçamento.

- Assume a presidência o Sr. Eliseu Gabriel.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Obrigado nobre Vereador Gilson Barreto. Estão presentes os Srs. Vereadores: Gilberto Natalini; Soninha Francine, Eduardo Suplicy e Celso Giannazi.

Inicialmente, poderíamos fazer uma exposição. Acredito que seria legal. Uma coisa bem objetiva para não gastar muito tempo e não haverá tempo de transmitir essa essas informações para frente.

Com a palavra o Sr. Renato Mancini, que fará uma rápida exposição do problema, rapidamente e em seguida, abrimos a palavra.

**O SR. RENATO MANCINI** – Obrigado! Bom dia Sras. e Srs. Vereadores, bom dia a todos que vieram para essa Audiência Pública, procurarei se bem rapidinho, que é só para a gente, realmente, saber onde está o problema atual. O Parque Chácara do Jockey foi desapropriada em 2014 e construído em 2016. Esse processo de desapropriação e construção do Parque foi um processo participativo. Porque foi um processo participativo? Porque existe um movimento que tem mais de 30 anos, que o movimento Parque Chácara do Jockey que está sempre reivindicando melhorias para o parque está. Está sempre reivindicando tudo que é tudo que é relacionado ao parque. Vou mostrar para vocês rapidamente o que viemos buscar hoje aqui com os Srs. Vereadores? Em duas pequenas frases: primeira, Plano Diretor Participativo. É isso que nós queremos. Segunda: Conselho Gestor Deliberativo. Isso daqui é só uma ilustração de como a gente tem feito os processos dentro do Parque. Então cada vez que tem uma festa, cada vez que a gente tem alguma questão para resolver, a gente vai ativamente, consulta população. E o que aconteceu no processo de concessão, e porque estamos aqui hoje? O processo de concessão não foi participativo. Ele ignorou a existência do Conselho Gestor do Parque. Porque foi feito um projeto de concessão, um modelo de concessão. Que não escutou nenhuma das partes envolvidas. Não escutou a sociedade, não escutou o Conselho Gestor do Parque. Isso é uma coisa que afronta a nossa história. Afronta a história de construção desse parque. Estamos sempre discutindo tudo que tem a ver com o parque e de repente aparece um processo de concessão, um modelo de concessão do nada e depois aparece um processo de participação popular. O que resulta em zero para gente, ou seja, isso até uma coisa que os vereadores têm de observar. Existem processos de consulta pública para quê, se é para não mudar nada? Então a gente pega a minuta do edital, e pega o edital definitivo que foi publicado, compara. É um dos documentos que vamos protocolar para vocês aqui hoje. A comparação desses dois documentos, da minuta e do definitivo. Vocês vão ver que tudo o que a gente pediu, de tudo que a gente pediu, talvez uma ou duas coisas que foram atendidas. Migalhas. Coisas que era migalhas. O fundamental não foi atendido e é por

isso que hoje estamos aqui solicitando um processo participativo para que não tenhamos que chegar lá na frente, de novo, ver o Plano Diretor publicado em Diário Oficial, dizer: olha isso daqui não serve para gente, não é assim. Eles fazerem. Como eles disseram que não iam fazer passar para a gente goela abaixo.

Isso daqui são fotos do movimento. Um movimento que existe há muito tempo. Sempre nos reunimos para fazer festa e fazer e atos, em prol do parque. Isso daqui é o processo participativo, antes da abertura do Parque. A gente fazia oficina de visitação ao Parque para dizer: olha em tal local vai ter que ser feito isso, em tal local vai ter que existir tal atividade. Quando vemos o processo de concessão o edital e o contrato de concessão que estão lá previstos, não tem nenhuma definição da atividade que vai ser feita em cada um dos locais. Essa abertura extrema, que temos visto no edital e no contrato permitem que a empresa faça usos, que a gente não gostaria que fosse feito no parque, por exemplo, estacionamento. Nós criticamos, e acreditamos que estacionamento no parque é uma coisa desnecessária. Estacionamento é algo que não é para aquele local. Aquele parque está zona estruturação Urbana muito bem servida por transporte público coletivo. O Plano Diretor estabelece muito bem esse tipo de acesso, para justamente preservar o Meio Ambiente. Estacionamento é uma coisas, outra coisa: shows nos campos de futebol. Sonos contrários a realização de shows nos campos de futebol. Por quê? Porque toda vez que há *show*, *show* da Virada Cultural, qualquer que seja o *show*, há mortalidade de passarinhos no parque, há gambás que fogem do parque e há animais que são atropelados no perímetro do parque, além da incomodidade à vizinhança.

A gente chegou a ouviu falar que os *shows* seriam feitos no período noturno, após o fechamento do parque. Quer dizer, fecham o parque e abrem a bilheteria para as pessoas entrarem. É um absurdo!

Quanto a nossa proposta para o Plano Diretor participativo, eu queria chamar atenção dos Srs. Vereadores. Eu acho que isso é importante, para a gente encaminhar realmente um processo participativo. Quanto ao Plano Diretor, a gente pede para os Srs.

Vereadores prestarem atenção a isso. Tem que ser conduzido pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Não deve ser conduzido por uma empresa terceira, contratada pela SP Parcerias ou algo do tipo. Tem que passar pela Secretaria do Verde, que também é um elemento, uma entidade da Prefeitura que esteve fora do processo de concessão, fora do processo de discussão das concessões.

Então, o que a gente está propondo é a realização de um seminário, aos moldes do que a Secretaria do Verde costuma fazer, quando vai elaborar algum tipo de projeto, chamando diversos órgãos da própria Secretaria. É um processo participativo que pode ser mediado pela UMAPaz, contendo a Deplan, os Depaves 1 e 5, Departamento de Fauna, Herbário ou Caex(?), do Ministério Público, o Movimento Parque Chácara do Jóquei, o conselho gestor e a SP Parcerias. Aí sim, por meio de um seminário de alinhamento das ideias, a gente consegue começar a construir um Plano Diretor Participativo.

A última coisa que eu tenho para dizer hoje é sobre o conselho gestor deliberativo. Nós vamos protocolar hoje aqui também um requerimento, pedindo aos Srs. Vereadores que apoiem o projeto de lei apresentado pelos Vereadores Gilberto Natalini e Reis, para devolver o caráter deliberativo aos conselhos gestores. O conselho gestor consultivo apenas retira o poder dos elementos que são mais importantes dentro do parque, que são os usuários. Os usuários detêm a memória do parque. O gestor do parque, muitas vezes, muda, o administrador do parque muda, às vezes, mais do que uma vez por ano, e quem fica com a memória? São os usuários, os usuários que estão lá para fiscalizar, para fazer com que o parque cumpra - no caso de a gente ter um Plano Diretor - o Plano Diretor e que faça as atividades correspondentes ao que um parque deve fazer.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) –** Nós vamos iniciar a audiência.

Nós vamos abrir a palavra às pessoas que se inscreveram. Depois os Vereadores farão as considerações finais.

Tem a palavra a Sra. Sueli Moretti.

**A SRA. SUELI MORETTI** – Bom dia a todos. Queria agradecer a todos os Srs.

Vereadores e a comissão por essa audiência. Eu sou do conselho gestor do Parque Chácara do Jóquei e também do Movimento Parque Chácara do Jóquei. Eu só queria reforçar aqui o que o Sr. Renato falou, sobre essa importância. Foi uma grande luta. Agradecemos aí o Vereador Gilberto Natalini e o Promotor, pelas ações. Foi um avanço. Conseguimos, por meio dessas ações - apesar de ser abertura dos envelopes amanhã, coisa que a gente não gostaria que acontecesse - por meio de uma conciliação, amanhã vai haver abertura dos envelopes, mas a empresa ganhadora tem um prazo de seis meses para elaboração do Plano Diretor.

Para nós é fundamental, e não vamos poder abrir mão de participar da elaboração desse plano, seja o conselho gestor, seja o movimento Parque da Chácara do Jóquei e também em cima de todo o conteúdo da ação da Promotoria e da ação popular do Vereador. Preocupa-nos imensamente essa abertura do envelope, sem a definição de quem vai estar elaborando, quem vai estar responsável por isso. É por isso que a gente reivindica que a Secretaria do Verde - essa é a competência da Secretaria do Verde e é competência também do conselho gestor no seu artigo 10 da lei do conselho gestor - também elabore o Plano Diretor. Então, há um apoio dos Vereadores. Nós agradecemos imensamente, só chegamos também aqui hoje em função desse apoio de V.Exas. Veremos se esse Plano Diretor realmente seja participativo e a Prefeitura tome para si essa elaboração.

A última coisa é a questão de voltar à competência deliberativa do conselho. Por exemplo, nós somos eleitos com essa competência, sem o mínimo conhecimento. Nós não ficamos sabendo que estava tramitando aqui, na Casa, um projeto de lei que tirava essa competência. Fomos pegos de surpresa. Eu acredito que muitas pessoas de conselhos também. Então, é a volta dessa competência do conselho.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Tem a palavra a Sra. Weliene.

**A SRA. WELIENE** – Bom dia. Eu sou usuária do parque, e, com esse processo, acabei me engajando no movimento do Parque Chácara Jóquei. Além do Plano Diretor, que é fundamental para que fique caracterizada a participação da sociedade, nesses processos de concessão, inclusive, de todos os parques da Cidade, há também a nossa preocupação, de não descaracterizar a característica do parque em si. O Parque Chácara Jóquei tem uma característica de chácara mesmo, onde a sociedade vai ter um olhar diferente do que se fosse até o Villa-Lobos. O Villa Lobos tem a sua característica. O Ibirapuera tem a sua característica, e a gente quer manter a característica do parque Chácara Jóquei, onde as pessoas têm contato com a terra e com a natureza, na sua essência, sem toda aquela urbanização, coisa que a gente vê que já aconteceu com o Ibirapuera e coisa que a gente vê que está acontecendo com o Villa-Lobos. Entrando nesses parques, é um lugar muito bom de a gente frequentar, mas se vê muito cimento e muito comércio, e a gente não quer isso. A gente quer levar os filhos da gente para um lugar onde eles tenham contato com a natureza, de fato; e é isso o que o Parque Chácara Jóquei hoje é.

Acho que V.Exas. não conhecem lá. A gente até gostaria que fossem fazer uma visita até o parque, para V.Exas. conhecerem que características que têm esse parque.

Outra coisa, a gente sabe que há alguns problemas no parque. Ele precisa ter investimento, mas a gente quer um investimento que preserve, acima de tudo, aquelas características, o meio ambiente em si.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Tem a palavra o Sr. Reinaldo Reis.

**O SR. REINALDO REIS** – Bom dia a todos. Eu sou usuário do parque. Eu sou professor de Artes e gostaria de destacar a importância de a gente poder participar do processo, porque eu só vou pegar a questão dos anos da concessão, 35 anos. São mais do que 30 anos de luta do movimento. Então, é temeroso, ainda mais num País onde a gente não

preserva muito a memória. Quem garante que, daqui a cinco ou a dez anos, as pessoas vão lembrar que esse é um parque público e que houve investimento público, dinheiro da sociedade civil? Foram investidos aí em torno de quase 200 milhões no parque, para a gente poder conceder para uma empresa, sem que a sociedade civil possa sequer discutir como vai ser feito isso. Então, para isso eu acho muito grave, e a gente gostaria que V.Exas. apoiasssem, para que a gente tivesse, de fato, esse Plano Diretor Participativo e o Conselho Gestor Deliberativo, porque isso é importante.

Houve investimento público. Eu vou repetir isso. É dinheiro da sociedade. Foi colocado nesse parque, e a gente quer sim discutir como é que deve ser feito a concessão e quais são as necessidades do parque. Então, a gente percebeu que, nesse processo, a gente foi alijado. A sociedade civil, que investiu e que teve o seu dinheiro colocado lá, não está tendo a oportunidade de poder discutir como é que a gente quer que o parque seja gerido. É esse destaque que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) –** Tem a palavra a Sra. Sandra Bitran, usuária e do movimento.

**A SRA. SANDRA BITRAN –** Bom dia. Eu vou falar mais como usuária. Eu sou da terceira idade, assim como muitas pessoas da região. Lá a comunidade é composta por uma quantidade grande de pessoas de terceira idade e o parque promove atividades de yoga, de dança, italiano e Yan Kong gratuitos, tudo gratuito. Há pessoas da comunidade que têm competência e dão aulas gratuitamente. Então, pensando na questão de prevenção, questão de saúde física, mental, de convivência e de relacionamentos, nós não podemos transformar aquela área em área comercial. Nós necessitamos ter qualidade de vida, e foi por isso que nós nos mobilizamos, para conquistar aquele parque, e não só a qualidade de vida no uso, mas também a preservação do espaço verde, os animais que estão lá e o ar. Há toda uma necessidade de espaço verde. Isso não pode se perder, e há tão pouco na Cidade. Aí há hotel,

proposta com hotel, restaurantes e estacionamentos. É triste isso, é triste para as crianças e é triste para nós. Eu pratico corrida. Eu tenho 63 anos. Eu tenho aula de corrida. Eu fui hoje de manhã, e aí nós não temos garantia de que a concessão venha manter isso para nós, porque nós sabemos, os brasileiros, que temos dificuldades de pagar esses cursos, essas aulas, e lá há gente se envolvendo com isso.

Esse é o meu depoimento.

Muita obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Nós vamos ter que tomar alguma atitude. Na verdade, a audiência pública não é deliberativa. Ela é uma consulta pública. Serve para esclarecer algumas coisas e para a gente pressionar o Executivo, nesse caso, em relação a essa concessão. Para isso que serve a audiência pública. Então, imediatamente saindo daqui, nós, Vereadores, temos de nos organizar e vocês também. Se for o caso, preparar alguma coisa e ir direto à Prefeitura ou na Secretaria do Meio Ambiente para resolver e tentar pressionar isso de alguma forma.

Ficou claro que esse parque só existiu – e eu acompanhei durante muitos anos – por causa do movimento. Isso seria outra coisa, não iria ser parque. Foi parque por causa de um acordo bem feito que foi à Prefeitura e virou parque. Tem vários problemas que as pessoas falam, como estacionamento. O estacionamento é jeito talvez de ganhar dinheiro para poder fazer a concessão. Quem quer fazer a concessão quer ganhar dinheiro de algum jeito. Realmente as pessoas têm razão aqui.

Tem a palavra o nobre Vereador Natalini.

**O SR. GILBERTO NATALINI** – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria agradecer a Comissão de Administração Pública de aceitar o nosso requerimento, meu e do Vereador Alfredinho, Líder do PT, para realizar esta audiência pública.

Queria também parabenizar a Vereadora Soninha por ter também feito um requerimento semelhante à Comissão de Finanças e também o Vereador Eliseu Gabriel,

Presidente da Comissão de Educação, o Vereador Suplicy e o Vereador Giannazi que também tomaram a mesma iniciativa na Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Só uma observação, o Vereador Beto do Social também preparou um requerimento nesse sentido na minha Comissão.

**O SR. GILBERTO NATALINI** – Perdão pela minha falha de memória.

Eu queria dizer o seguir: qual é a minha relação com esse assunto? Primeiro, que eu tenho trabalho na área ambiental, que é a base do meu mandato. Eu fiz um projeto de lei criando o Parque Chácara do Jockey. Esse projeto de lei foi aprovado na Câmara, mas foi vetado pelo Prefeito da época. O Prefeito vetou o projeto de lei de minha autoria aprovado pelos meus Colegas, mas alguns dias depois ele criou o parque por decreto.

O projeto de lei que eu fiz foi porque fui procurado por uma comissão de moradores de lá em 2004, 2003 por aí, que havia uma proposta da Prefeitura, na época da Prefeita Marta, de fazer ali um conjunto habitacional de moradia e aí a comunidade se mobilizou e fiz o projeto. O projeto demorou a tramitar, foi aprovado, vetado, mas depois, logo em seguida, foi criado por decreto.

O importante é que o parque está lá. Na lei de concessões que foi aprovada na Câmara eu propus colocar na lei um parágrafo – que foi apoiado por todos os Vereadores que votaram unanimemente também pela inclusão da emenda que diz o seguinte: a concessão poderá ser feita, porém sem nenhum prejuízo dos serviços socioambientais do Parque, de qualquer parque, ou seja, quem for concessionário não pode diminuir aquele que dito aqui por algumas pessoas que usam de tal forma, eu faço tal coisa, utilizo assim, corrida, tem a fauna, tem isso e aquilo. Isso são serviços socioambientais. Tem parques que tem nascente, tem parques que tem área de mata, a permeabilidade do parque. Enfim tudo aquilo que nós vamos conquistando as duras penas nos parques de São Paulo e nós sabemos como é duro conquistar parque. Todo mundo que mexe com assunto sabe como é difícil.

Quando foram fazer a primeira concessão, que foi o Ibirapuera, a mesma questão

foi levantada pelo conselho gestor do Ibirapuera. E aí nós fizemos uma ação popular e concomitante o Promotor que está aqui ao meu lado, Dr. Carlos Henrique, fez uma ação civil pública do Parque Ibirapuera e a juíza que estava com as duas ações - que foram para a mesma juíza - me chamou, chamou o Promotor e chamou a Prefeitura para uma tentativa de conciliação. Avaliamos com nossos advogados que é melhor uma conciliação do que o risco de perder a liminar ou de ganhar a liminar em primeira instância e perder o Tribunal de Justiça. O próprio Promotor teve essa opinião e externou para mim e achei que foi razoável.

Fizemos a conciliação. Qual é a conciliação? A minha ação popular pedia não poderia haver nenhuma concessão, não poderia ser assinado contrato concessão sem que previamente houvesse o Plano Diretor elaborado do parque para saber o que a empresa concessionária podia e não podia fazer no parque. Do jeito que estava era um tiro no escuro. Ela poderia fazer tudo aquilo que a gente não gostaria que fizesse no parque.

---

A ação do Promotor - ele vai explicar em seguida - é mais ampla. Ele coloca uma série de travas técnicas que não é só a questão do Plano Diretor, entre as amarras que nós assinamos lá existe uma de que o Plano Diretor terá que ser feito com toda transparência de um Plano Diretor, ou seja, ouvindo todas as partes. O Plano Diretor tem que ser feito pela Prefeitura e não será feito pela empresa que ganhou. Pela prefeitura. Ao mesmo tempo, depois que for feito o Plano Diretor - o prazo máximo são seis meses - deverá ser apresentado. A população tem de participar obrigatoriamente, tem de haver audiências públicas para a confecção desse Plano Diretor. Isso é o que está combinado com a Prefeitura diante da juíza.

O mesmo processo aconteceu na audiência de conciliação - ação popular minha, ação civil pública do Promotor que o juiz da 3ª Vara chamou e repetiu na conciliação do Parque Chácara do Jockey os mesmos parâmetros do Parque do Ibirapuera. Assim avançou porque tudo isso foi amarrado: tem que ter o plano diretor, tem que ter transparência, não pode ser escondido da comunidade, do Conselho, da Câmara, o próprio Promotor. No final ficou acordado, até por uma insistência do Promotor, que se nós não concordássemos com o que

estava no Plano Diretor, cessaria o edital de concessão.

No final nós vamos ter que dizer qual é o Plano Diretor que está aí, do que se trata, então, nós que somos parte na ação, ouvindo a população, a comunidade, diremos isso a gente concorda. Se nós não concordarmos, está escrito lá, que cessará todo o processo de concessão.

É muito importante a participação de vocês. Nós entramos com o Projeto de Lei 420/2018 para retornar o poder deliberativo dos conselhos gestores. Está na Comissão de Justiça desde o dia 8 de agosto de 2018. Foi designada a relatora agora, a Vereadora Sandra Tadeu. Vou conversar com ela. Quem puder conversar para que ela dê um relatório favorável e aí são nove Vereadores da Comissão de Justiça, nós precisamos aprovar na Comissão de Justiça para dar tramite no projeto.

Acredito que o processo está amarrado com esse acordo que nós fizemos tanto do Ibirapuera como o Parque do Jockey e outra coisa muito positiva também, que o Promotor levantou e nós concordamos e a Prefeitura concordou: não haverá mais concessão de parques em São Paulo sem antes ser elaborado e apresentado democraticamente um Plano Diretor. Estão suspensas as concessões até que os Planos Diretores sejam apresentados.

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) –** Vereador, muito bom.

Anuncio a presença do Vereador Antonio Donato. Passo a palavra agora para o Vereador Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY –** Quero cumprimentar a todos nós, Vereadores, e em especial, Gilberto Natalini por essa iniciativa junto ao Ministério Público e ao promotor e apoiar todas as observações e reivindicações dos membros do Conselho Gestor do Parque Chácara do Jockey: Renato Mancini, Sueli Moretti, Gomes Bravo, Reinaldo Reis.

Eu tenho relacionado a questão do Parque do Bixiga de autoria do Vereador Natalini.

Tenho um encontro que começou já lá no Teatro Oficina com o secretário Fernando Chucre, que eu próprio marquei com o Zé Celso e os arquitetos. Por causa disso preciso ir para também apoiar a sua proposição, Natalini, mas eu preciso pedir licença.

Quero dizer que apoio integralmente a proposta de que o Conselho Gestor do Parque precisa ser consultado em cada passo relativamente a qualquer concessão do Parque Chácara do Jockey, bem como do Ibirapuera e dos demais parques.

Precisamos mais e mais parques e áreas verdes para o usufruto da população com qualidade da cidade de São Paulo. Peço licença apoiando inteiramente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Anuncio a presença do ex-Vereador Nabil Bonduki, quem convido a fazer parte da Mesa. Está momentaneamente sem ser Vereador agora, mas é Vereador sempre.

Tem a palavra o Promotor Carlos Henrique Prestes Camargo, Promotor de Justiça do Meio Ambiente.

**O SR. CARLOS HENRIQUE PRESTES CAMARGO** - Bom dia a todos. É uma honra estar aqui mais uma vez, a segunda. Primeiro estive com a Soninha, há um tempo.

Eu não tenho muita a dizer. O Vereador já disse tudo aqui. Foi dito tudo lá na Chácara do Jockey. Essa história toda começou com a ideia da Prefeitura de privatizar, ou melhor, conceder os parques da Cidade e o pessoal da Chácara do Jockey, desde o começo muito diligente, sempre estiveram na Promotoria para a gente debater o assunto.

Tivemos inúmeras reuniões com a Prefeitura com o pessoal da Chácara do Jockey e como ele disse, tentamos de todas as maneiras. A Prefeitura cedeu muito pouco com relação à Proteção Ambiental, à proteção das áreas verdes, proteção dos bens tombados que existem na Chácara do Jockey, bens não tombados também, mas de interesse arquitetônico e histórico que existem lá.

Com base nisso, entramos com ação civil pública junto com o Vereador Natalini. A

primeira foi o Ibirapuera e a segunda foi o Parque do Jockey. Nessa primeira ação, nós fizemos um acordo em que a Prefeitura se comprometeu a elaborar - não o concessionário - o Plano Diretor. Enquanto esse Plano Diretor não estivesse elaborado, não assinariam o contrato de concessão. É o que está sendo feito nos dois.

Com relação a Chácara do Jockey, o Vereador já disse tudo. Fizemos um acordo em que, diferentemente do Ibirapuera, conseguimos uma tutela inibitória. O que é isso? A Prefeitura não vai poder mais conceder nenhuma concessão ou não vai poder lançar editais de parques sem que antes ela faça o Plano Diretor.

Então, os próximos editais dos parques aqui de São Paulo vão ter de ter o Plano Diretor antes com participação popular, com participação do Ministério Público e de todas as pessoas em geral. Então, esse foi o primeiro ponto que conseguimos com relação aos outros parques da Cidade que serão concedidos.

---

Outra coisa que nós conseguimos, a gente pediu também, o Vereador até pediu para eu especificar melhor, que a Ação Civil Pública teria mais pedidos do que a Ação Popular. Um deles seria a limitação de horário dos eventos que serão feitos na Chácara do Jockey. Além disso, com respeito à área de ZEPAM, que é a Chácara do Jockey e a Lei 16.713, que o Vereador falou aqui, que proíbe eventos de grande porte e eventos que atinjam o meio ambiente. Esse foi o segundo pedido. (Palmas.)

Também consta desse acordo e dos pedidos da Ação Civil Pública exigir conteúdo mínimo obrigatório para o plano arquitetônico a ser apresentado no plano diretor. Cláusula contratual que proíba qualquer tipo de construção na área do Parque, remoção e demolição, alteração significativa na volumetria dos edifícios existentes não tombados, mas que apresentam relevantíssimo caráter histórico e valor arquitetônico.

Outro pedido prevê cláusula expressa acerca da impossibilidade de supressão de vegetação no Parque para implantação de estacionamento ou qualquer outro uso, porque o edital é muito aberto, por isso entramos com a ação. Ele não tem previsão de nada. O

concessionário, em tese, poderia fazer praticamente o que quisesse dentro do Parque.

Plano diretor, como eu já disse aqui e a obrigação também, porque a Prefeitura não queria aceitar, de quem assumir o Parque do Jockey, assumir, ao mesmo tempo, danos ambientais que devam ser reparados. Porque existe uma regra no Direito Ambiental que quem assume, compre ou adquire uma área é responsável pela reparação dos danos pré-existentes. Isso também nós pedimos na Ação Civil Pública.

Resumindo bem, para que outros possam falar também, é mais ou menos isso. O acordo foi celebrado, as cartas serão abertas, mas o contrato não será assinado. A partir daí está suspenso o edital até que a Prefeitura apresente o plano diretor, com a participação de todos, do Ministério Público, inclusive, do CAEx. O CAEx é o órgão do Ministério Público técnico onde temos agrônomos, biólogos, geógrafos, que vão participar da elaboração, pelo menos da fiscalização desse plano diretor, e se caso não haja acordo no final desses seis meses, já há decisão judicial dizendo que o edital está suspenso. Se não houver acordo entre o Vereador Gilberto Natalini, o Ministério Público e a Prefeitura, com relação ao plano diretor que eles vão apresentar, o edital está suspenso. Já há decisão judicial.

Penso eu que seja interesse da Prefeitura elaborar um plano diretor dentro do que a população espera para uma área verde e não transformar uma área verde, como o Vereador sempre disse, num clube. É isso.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Dou parabéns ao nosso promotor, para o Vereador Natalini também, pela luta.

Passo a palavra para a Vereadora Soninha.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a presença de todos. É muito frustrante quando a Câmara organiza uma audiência pública e a gente dá como realizada essa audiência pública, porque foi cumprido o rito regimental, mas não tem nenhuma pessoa presente que se manifeste a respeito. Isso é o que mais acontece. Que bom que vocês

estão aqui.

Eu vou problematizar um pouco a questão do caráter deliberativo do conselho gestor. Primeiro dizer, muito honestamente, não sou contra a concessão. Mas acho que a concessão tem de ser uma maneira de direcionar o recurso privado em benefício público e não usar o patrimônio público para beneficiar um ente privado.

Mas a concessão tem sim a possibilidade de trazer benefícios. Quantos galpões nós temos ainda a serem reformados no Parque Chácara do Jockey, naquela área onde eram as baías? São dezenas. Eu espero o investimento privado para recuperar aquelas baías antes que elas já superem até, já não tenham nem condição de recuperação. É um investimento significativo, vai dinheiro ali.

O Poder Público se vê em dificuldades permanentes transgovernamentais de ter recursos suficientes para manutenção do seu patrimônio, quanto mais para investimento, quanto mais para melhoria da estrutura. Então a gente tem de criar mesmo parâmetros, balizamentos muito claros para que o recurso privado venha nesse sentido de melhorar o patrimônio público que continuará sendo público.

A gente tem de pensar sempre que o Parque não é do interesse só dos seus usuários, seja lá o que for que quer dizer usuário. Porque a gente não tem uma catraca na entrada para definir quem entra, quem sai, quem frequentou, para ter o cuidado também de não criar uma hierarquia entre quem é usuário e quem não é, uma vez que - repetindo o que diz o Natalini e que o promotor reiterou agora - o parque tem um impacto que vai muito além do usuário do parque.

Eu entendo o que é usuário, é o frequentador, quem está ali todo dia, usa o banheiro, precisa tomar água, percorre as trilhas, quem faz as suas atividades esportivas e culturais ali, sim, mas um parque municipal ele tem beneficiários que vão muito além dos usuários propriamente. Todos nós temos interesse na manutenção de uma área verde, permeável, com diversidade de flora e de fauna.

O parque tem impactos até desagradáveis, vamos dizer, de vizinhança, que vão muito além das fronteiras do parque. Mesmo que eu queira que todo mundo vá de ônibus, se o parque gera uma atração maior de veículos, de automóveis particulares, isso gera um impacto de vizinhança naturalmente. A gente tem de levar tudo isso em consideração.

Tudo isso para dizer o seguinte: a democracia implica necessariamente o risco de sermos derrotados nos nossos anseios e desejos. A democracia garante a postulação de opiniões completamente divergentes, com a mesma legitimidade. Quando nós estamos no poder, é mais fácil acreditar que o poder deliberativo vai garantir exatamente o que nós queremos. Mas uma eleição de conselho gestor pode ser vencida por pessoas que pensam exatamente o contrário do que o atual conselho gestor pensa. Isso é um risco real da democracia.

Pessoas que forem a favor da realização de *shows* no parque de altíssimos decibéis, podem ganhar a eleição do conselho gestor e aí um grupo pequeno de pessoas, legitimamente empoderado por uma eleição, pode deliberar que vai ter *show* sim.

Então, como é que a gente faz para garantir que em sendo deliberativo o conselho gestor ele seja obrigado a representar a população que vai muito além daquele número de conselheiros eleitos.

É o desafio nosso para a Câmara. Aqui tem 55 vereadores eleitos, somando o voto de todo mundo dá quatro milhões de votos. Nem por isso a nossa palavra é final sem escutar, por meio de audiências públicas, de consultas públicas, de um milhão de outras instâncias a participação da sociedade.

Então como é que a gente torna um conselho deliberativo e cerca esse conselho de condições para que a população que, por ventura, não se veja representada no conselho deliberativo, porque perdeu a eleição, seja ouvida assim mesmo?

Vou dar um exemplo concretíssimo com o qual a gente está lidando agora. O conselho gestor do Parque da Água Branca vetou a realização da exposição do MST lá, que

acontece, se não todo ano, a cada dois anos. É um espetáculo, é a cara do Parque da Água Branca, tem tudo a ver. O Conselho Gestor concluiu que não, que a feira cresceu demais, que o parque não comporta esse movimento. E agora, como faz? Quem decide sobre o Parque da Água Branca? É aquele Colegiado? Então, insisto: se a Câmara Municipal precisa ter garantias para que a população seja ouvida - e não para que tenhamos um mandato concedido e façamos os que julgamos o certo, e pronto -, como os Conselhos Gestores ficam obrigados a ouvir posições diferentes antes de fazer as suas deliberações? Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Daí a importância do Plano Diretor, não é?

Muito bom, Soninha, muito bem. Próximo inscrito, Vereador Celso Giannazi.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Bom dia a todos e a todas. Bom dia aos componentes da Mesa: Promotor Carlos Henrique Camargo, Vereadores Beto do Social, Donato, Natalini, Soninha e Eliseu Gabriel, nosso Presidente dos trabalhos, e professor Nabil Bonduki.

Eu gostaria de dizer, em poucas palavras, que é importantíssima a fala do Promotor Carlos Henrique Camargo. E por quê? Porque ele já pauta todas as ações que grande parte do movimento já solicitou. Assim, estamos muito bem amparados. É importante também que ele ouça da população, da comunidade, do Conselho Gestor do parque, seus anseios para o parque.

Em relação à fala do Renato e da Sueli Moreti, percebemos a intenção do Governo. Nós tínhamos no parque um Conselho Deliberativo, e, num golpe, ele mudou essa característica, passando o Conselho a ser somente consultivo. Já percebemos, na gestão que assumiu a Prefeitura, Doria-Covas, o interesse na dilapidação e entrega do patrimônio público, tirando a voz da comunidade.

O Parque do Jockey está exatamente na situação em que se encontra hoje, oferecendo atividades de cultura, lazer, esportes e educação, inclusive educação ambiental, atividades que estão lá por conta da comunidade, por conta da atuação da comunidade. Vamos afastar isso ao mantermos o Conselho Gestor do parque como consultivo, e não mais

deliberativo.

Sr. Promotor, Carlos Henrique, foi também prometido, no início das tratativas, no início do processo licitatório da concessão, a oitiva da comunidade e do Conselho do parque, mas isso não foi atendido. Fomos surpreendidos com a publicação, no *Diário Oficial*, da concessão. Temos receios, e faremos de tudo para que isso não ocorra também com o Plano Diretor. Não queremos ser surpreendidos com um Plano Diretor publicado no *Diário Oficial* à revelia do conhecimento da comunidade, à revelia do Conselho Gestor do parque.

O Sr. Promotor também falou das ações visando ao tombamento. Quem conhece a Chácara do Jockey sabe que o Redondel não foi tombado, o Conpresp não o tombou. Um grave dano ambiental ocorrerá ali se outras áreas também não forem tombadas, facilitando depois que a empresa vencedora da concessão explore comercialmente aquele local. Acho que ninguém aqui tem dúvidas de que grandes espetáculos, grandes *shows* provocarão um impacto ambiental irreparável, do ponto de vista da fauna e da flora e em relação à emissão de ruídos para a região.

Vamos nos posicionando, vamos apoiar esse projeto, do qual pediremos a coautoria, pois é uma excelente iniciativa no sentido de reverter esse caráter consultivo do Conselho. Entendo o que a Vereadora Soninha fala: corre-se o risco; mas eu também entendo que o Conselho Gestor possa fazer esse trabalho de conscientização da comunidade para que o Conselho Gestor seja ocupado de fato por pessoas que estejam interessadas na preservação do parque como um espaço de educação, de cultura, de lazer e de esportes, que é do que precisamos em São Paulo. Então, têm todo o nosso apoio essas iniciativas. Muito obrigado.  
(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Próximo inscrito, Vereador Nabil Bonduki. Pergunto se os demais Vereadores querem falar. (Pausa) Vereador Donato. Mais alguém? (Pausa) Depois do Nabil, Vereador Donato.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Presidente

Vereador Eliseu Gabriel; o Vereador Natalini; o Promotor que está encaminhando esta ação; e os demais componentes da Mesa.

Tenho várias coisas a dizer. Em primeiro lugar, ressalto que o caráter deliberativo dos conselhos gestores está assegurado na lei que é de minha autoria junto com o ex-Vereador e agora Deputado Estadual Carlos Neder, e que essa supressão do caráter deliberativo é irregular. É importante aprovarmos uma lei para deixarmos isso mais explícito e definir também o que é deliberativo e o que não é. Concordo em parte com o que disse a Vereadora Soninha: há coisas que o Conselho Gestor não é absoluto sobre outras legislações municipais. Inclusive a área do Parque do Jockey, antes de ser parte e antes de ser da Prefeitura, já era, por definição do Plano Diretor de 2014 – do qual também fui relator – Zepam, pois estabelecemos que todas as áreas previstas para parque viravam Zepam. As Zepam têm características que são próprias, que um Conselho Gestor, por exemplo, não pode rever. Digo isso para dar um exemplo bastante claro de que o caráter deliberativo tem de ser assegurado, mas é limitado a outros dispositivos que a legislação já coloca.

A segunda coisa que quero falar é especificamente sobre o Parque do Jockey. Quero fazer também uma observação sobre o Parque do Ibirapuera, Vereador Natalini, que acho importante, que é o caráter cultural que ambos os parques têm. O Parque do Ibirapuera constitui o maior conjunto complexo cultural da cidade de São Paulo e ele é, inclusive, de propriedade da Prefeitura. Inclusive na concessão do Parque do Ibirapuera estão previstos também a Oca e o Pavilhão das Culturas Brasileiras, este último que tinha um projeto próprio. E está previsto que a partir de 2020 o Auditório Ibirapuera – que por dispositivo de uma parceria que já existe hoje entre a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Cultura, e o Itaú Cultural – também entrará na concessão. Então, no Plano Diretor do Parque do Ibirapuera, é necessário que também sejam considerados os aspectos culturais que estão envolvidos na concessão. Pelo que eu li a respeito – inclusive da ação que motivou esse acordo com o Ministério Público -, a área cultural não está prevista. Então, quero ressaltar a importância de

incluir a definição da área cultural no processo de definição do Plano Diretor do Parque do Ibirapuera e também, em seguida, do Parque do Jockey. Não podemos permitir, por exemplo, que o Auditório Ibirapuera, para citar um exemplo, vire um auditório para se fazer festas de formatura, alugado pelo concessionário, ou para se fazer eventos corporativos, ou fazer isso de maneira indiscriminada, sem limitação. Como Secretário de Cultura, inclusive, tive muitas vezes de me colocar contra até outras Secretarias e Vereadores que solicitavam o Auditório para fazer eventos que não tinham a ver com o caráter cultural daquele espaço.

Então, essa é uma questão importante.

A mesma coisa em relação á OCA ou em relação ao Pavilhão das Culturas Brasileiras, inclusive, já existe uma disposição do Ministério Público a respeito do acervo do Museu do Folclore, e é só isso que está preservado dentro da concessão do Pavilhão das Culturas Brasileiras, uma vez que são espaços de milhares de metros quadrados numa das regiões mais valorizadas da Cidade, e eu diria que, talvez, além dos estacionamentos, aquele espaço talvez seja o que mais possa gerar lucros ou recursos para a concessionária. E nós podemos perder um patrimônio cultural fundamental, importantíssimo, para a cidade de São Paulo, além de ser uma área de cultura.

O mesmo eu diria, em outra escala, em relação ao Parque do Jóquei. Não vou falar sobre todos os aspectos do Parque do Jóquei, estive muito envolvido no projeto de implantação do Parque do Jóquei, antes disso, na luta do movimento, e, também, na discussão do Plano Diretor e o processo de desapropriação.

Na época da implantação do Parque do Jóquei, eu era Secretário, sendo que três Secretarias estiveram envolvidas nessa implantação: Meio Ambiente, da Cultura e de Esportes.

No que diz respeito à Secretaria de Cultura, existe um equipamento que não só está previsto, como parte da obra já foi feita, mas sequer foi inaugurada, porque uma daquelas áreas das coxeiras, duas baias tiveram intervenções e estão hoje ocupadas, inclusive, com artesanato, mas teve outra intervenção que foi feita para permitir a instalação do laboratório

experimental de audiovisual, que fazia parte do projeto da SPCine.

A obra foi realizada, finalizada, e o segundo andar daquelas baias está com obras concluídas, não sei quem conhece aquelas obras. Está vazio. Não foi implantado porque foi interrompido o projeto, que contava, inclusive, com recursos do Ministério das Comunicações, do Governo Federal, que não foram aportados, inclusive, um projeto de implantação de economia criativa – não exclui o investimento privado, mas tem uma vocação própria que é para atividades culturais e criativas naquelas baias.

Isso precisa ser considerado no Plano Diretor do Parque como aspecto fundamental da finalização do projeto do Parque do Jóquei. Na verdade, este, ao contrário do Ibirapuera, não está finalizado, e precisa ser finalizado adequadamente com a implantação dessa área cultural.

No demais, eu gostaria de parabenizar a ação da Câmara, dos Vereadores presentes, do Vereador Gilberto Natalini, em particular, do Ministério Público, porque acho que estamos começando a colocar no eixo essa discussão sobre concessão. Não faz sentido fazermos concessões – isto vale para os Parques e todas as outras concessões – sem que se estabeleça claramente as regras da utilização daquele espaço a partir do processo de concessão que pode ser feito ou não, conforme uma discussão caso a caso. Mas se for feita, tem que ser feita de acordo com o interesse público e o interesse da população, seja local, seja de maneira geral, porque o benefício de um Parque é um benefício geral para a Cidade e, por isso, é uma zona de proteção ambiental, que atende os moradores do entorno, os usuários, e um objetivo urbano e ambiental da cidade como um todo. Isso precisa ser garantido.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Eu gostaria de anunciar a presença do Vereador Beto do Social, que está presente.

Passo a palavra ao Vereador Antonio Donato.

**O SR. ANTONIO DONATO** – Obrigado, Presidente. Bom dia, quero cumprimentar

os Vereadores Giannazi e Nabil, o Presidente Eliseu Gabriel, Vereadora Soninha Francine, Vereador Natalini, Dr. Carlos Henrique, Vereador Beto do Social, atuante na região do Butantã; cumprimentar também aqui, em nome dele, o Padre Darci. E por que o cumprimento em nome de todos? Porque em 2013, quando eu era Secretário de Governo do Prefeito Haddad, o Padre Darci e o Djalma, das enchentes do Pirajussara, do Jardim Celeste, foram à Prefeitura com um abaixo-assinado reivindicando o parque, porque a Chácara do Jockey era um enclave, não se relacionava com o bairro, era uma bolha, um único furo, que eram os pequeninos do Jockey, do Guimarães, a meninada treinava lá. Então, era uma área que não dialogava com o bairro, mas era muito importante para a Cidade e para aquela região.

A gestão Haddad conseguiu fazer uma negociação difícil com o Jockey, a partir da dívida do IPTU. Temos que retomar a história porque, às vezes, fazemos coisas na vida sem dar o devido valor. Em 2009, ocorreu, nesta Casa, a CPI do IPTU, porque os grandes devedores do IPTU eram secretos; era sigilo fiscal e não se podia saber quem eram. Foi a partir da CPI que foi dada visibilidade aos grandes devedores, e um dos maiores era o Jockey Club. A partir daí, a gestão Haddad iniciou uma negociação com o Jockey, que culminou com a desapropriação da área em troca do pagamento de não se de toda a dívida ou de uma parte dela. Enfim, foi importante isso.

Agora, uma reflexão para entendermos as nossas dificuldades e como nós, Vereadores trabalhamos, porque aqui nesta Mesa ninguém é contra a concessão por princípio. No entanto, votamos contra a lei dessa concessão, porque ela era, de fato, um cheque em branco: ao transferir do Poder Público uma atribuição para o privado, tem que se regrar bem e muito para que isso fique claro. Isso começa na lei, que, infelizmente, foi vaga. Isso gera um edital que também tem muitos problemas. Quando olhamos as receitas do edital, há a história dos sete eventos mensais que têm que render 1,5 milhão de reais por mês; ou seja, 200 mil reais cada evento. E, para render isso um evento, tem que ser megashow e não um showzinho. Agora, o edital não define o público máximo, qual o impacto que vai causar tanto na

---

fauna como na flora e na vizinhança, outro impacto importante. Conhecemos o Ferreira e, se houver um movimento muito maior no parque, fica intransitável, causa grande dificuldade.

Isso tudo, no entanto, não está previsto. Por isso, acho muito importante essa decisão, a batalha do Vereador Natalini e a ação do Dr. Carlos Henrique no sentido de que o Plano Diretor tem que vir na frente. Não tem jeito. Temos que definir primeiramente qual a vocação daquele parque, quais as características e o que pode ou não. Isso tem que ser estabelecido pelo Plano Diretor num debate com a comunidade. Evidentemente que o parque não é apenas da comunidade, e a Prefeitura vai estar no debate representando o conjunto da população, mas a comunidade é quem lutou por esse parque, que não saiu do nada, é fruto de 30 anos de luta. Quem mora lá sabe que essa não foi uma ideia brilhante do Prefeito Haddad, mas um movimento que o gerou, e nada mais justo que esse movimento tenha agora condições de interferir; não absolutamente, evidentemente, porque ninguém é absoluto, nem os Vereadores nem o Sr. Prefeito, mas os moradores têm que ter condições de interferir nesse processo de definição da vocação do parque.

Estamos acompanhando e estamos juntos nessa luta.

Queria parabenizar o Vereador Natalini pela iniciativa que ele teve. Estamos tentando, ainda, com o Tribunal de Contas para que ele também possa interferir nesse processo, porque é um processo absolutamente vago desde a lei, mas é vago no edital também. E queremos ter um edital e uma concessão, já que ela está aprovada, o melhor possível do ponto de vista do interesse público. É evidente que o concessionário vai investir e tem de ser remunerado, mas o interesse público tem de estar na frente. O concessionário não pode, com o argumento de: “Ah, vou reformar isso e aquilo”, impor uma dinâmica ao parque que não é a dinâmica desejável para o parque.

Então, estamos juntos na luta e parabéns para vocês por essa luta toda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – As colocações são muito interessantes e importantes.

Não há mais inscritos.

Terei de sair por um compromisso que tenho fora e que já estava marcado há muito tempo.

Passarei a presidência à nobre Vereadora Soninha.

A última oradora será a Carminha. Depois, se conclui.

Vereador Natalini, estou junto nisso e o que precisar fazer... ir na Prefeitura, elaborar documento, conte comigo.

**O SR. GILBERTO NATALINI** – Vereador Eliseu, antes de V.Exa. sair, o que temos de tomar de compromisso aqui é que as três comissões que convocaram esta audiência e mais os Vereadores que não pertencem... Eu não pertenço a nenhuma das três comissões, eu sou da Comissão da Saúde, mas os Vereadores que tiverem interesse, que possamos, agora, entrar no processo de fiscalizar esse plano diretor que será feito. Acho que esse é o compromisso que temos. E fiscalizar a relação que a Justiça fez, o acordo da Justiça, para que a Prefeitura cumpra o acordo que foi feito pelo Promotor e por nós, na Justiça. Se a Câmara fizer isso, as Comissões e os Vereadores fizerem isso, acho que será uma contribuição enorme à população, para que possamos ter um bom termo nesse assunto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Hoje mesmo eu voltarei do meu compromisso e, aí, falarei com a Vereadora Soninha e os demais Vereadores que estiverem aqui hoje e, entre hoje e amanhã e o Nabil, combinaremos alguma coisa a respeito disso que V.Exa. falou.

Então, muito obrigado a todos. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Ainda temos tempo regimental ainda para a audiência pública, então é possível abrir uma nova rodada para quem queira se manifestar novamente.

Tem a palavra o Sr. Renato Mancini.

**O SR. RENATO MANCINI** – Renato Mancini, do Movimento Parque Chácara do Jóquei.

Em nome do movimento, agradeço a colocação de todos os Vereadores, acho que foi muito importante, em relação às reflexões sobre o conselho gestor, sobre o plano diretor do parque e esse caráter participativo que nós estamos reivindicando.

Em relação à questão das concessões, que tem sido um debate da Mesa, é importante que nós, do movimento, nunca fomos totalmente contrários às concessões. Somos contrários ao modelo de concessão que está sendo colocado para o parque. E esse modelo foi colocado de que forma? Da pior forma possível: sem debate com a sociedade. Quer dizer, veio um pacote pronto, em que ninguém foi ouvido e esperávamos... Porque, antes de entrar esta gestão, na gestão anterior já se discutia a concessão. Tivemos a presença de pessoas, no parque, discutindo outro modelo de concessão: concessão de equipamentos específicos dentro do parque. E estávamos nesse debate. Mas, de repente, surge um modelo de concessão querendo impor coisas que não estão definidas. Quer dizer, acho que essa é a principal mensagem que vocês mesmos colocaram. Se não houver um regramento de uso, do que será feito no parque, será impossível discutirmos. Então, quando pegamos a minuta e começamos a discutir, era muito difícil de sabermos de onde sairá todo esse dinheiro, todo esse lucro. Como isso será feito? Pelo que estava ali, dava para perceber que aquilo não era suficiente. Então, o que é que está por trás? O que será mais que isso? Qualquer coisa, porque está tudo aberto a ser feito. Quer dizer, essa é a grande questão: ou fechamos e dizemos que é isso, isso e aquilo e, daí, sabemos qual o modelo que consegue fazer uma concessão, qual o modelo em que esse parque consegue se sustentar. Pode ser que esse parque não seja totalmente sustentável economicamente, pela empresa que ganhar, ou pela empresa que ganhar pedaços do parque. Mas se diminuir um pouco do que está sendo gasto com o parque, concedendo coisas que sejam em benefício da população, seria ótimo. Polo cultural, que o Nabil estava colocando

aqui, aquilo deixa de ser um polo cultural do jeito que está no edital. Ele vira um polo comercial. Quer dizer, quando lutamos pelo parque, não lutamos por um polo comercial. Lutamos para ter cultura, para ter horta comunitária, para ter espaço para o lazer, para o esporte. Então, isso é o fundamental. Quer dizer, temos de partir daí: partir do meio ambiente primeiro, do parque primeiro e depois do modelo de concessão, depois como conseguiremos fazer o parque girar dinheiro para ele mesmo se manter.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) –** Não há mais oradores inscritos.

Passo a palavra para o nobre Vereador Gilberto Natalini. (Pausa) Ah, tem mais uma inscrita.

**O SR. GILBERTO NATALINI –** Antes de a Carminha falar, peço licença a todos, porque tenho uma reunião agora, na Subprefeitura da Vila Mariana, exatamente para tratar de assuntos do Parque do Ibirapuera. Então, eu vou ter de sair, porque às 13h tenho de estar lá. Fica aqui o Leonardo Maglio, nosso Assessor, e a Dra. Amanda, que foi uma das costuradoras da ação popular.

Então, agradeço o apoio e a união que estamos tendo dos Vereadores, do Promotor, do conselho gestor e dos usuários do parque.

Para encerrar, vou repetir o nosso mantra: parque é parque, clube é clube. A cidade de São Paulo precisa muito de parque.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) –** Podemos ouvir só mais uma fala?

**A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) –** Eu só queria colocar, rapidinho, como o movimento conseguiu, em menos de uma semana, a aprovação de três comissões. Então, como é importante a Câmara apoiar e ficar mais perto dos movimentos em defesa dos espaços públicos. Nós conseguimos a aprovação em três comissões, que é importante, e queria retomar que o Poder Público não está aqui e estamos falando de concessão. O Poder Público foi

convidado pelo comitê, mas não está. Então, acho que é importante garantir esse processo permanente de o Poder Público estar junto com o movimento, como o Ministério Público, com os Vereadores, com o Tribunal de Contas também.

Queria reforçar uma questão importante, que diz respeito aos espaços de inovação. Quando o Nabil fala do polo cultural, precisamos reforçar também que o parque foi pensando como um espaço de inovação. Um espaço para ter horta, um espaço cultural, esportivo, mas de inovação. E deveríamos trabalhar nesse universo de polo cultural, esportivo, ambiental, de inovação, porque acho que é isso. Poderíamos ter lá um espaço de incubadora. Tem tanta gente, hoje, desempregada, que precisa repensar a sua forma de trabalho, de outras coisas que poderíamos incentivar.

Então é uma questão para o plano diretor que quero reforçar porque toda a vez que o Poder Público vai privatizar ou conceder alguma ação, começa a minguar aquele serviço. Eu passo a não ter limpeza todos os dias. Eu passo a não ter várias atividades todos os dias e vai minguando aquele serviço e passa a ser a única alternativa quando não é. Apareceu no facebook do Movimento - achei muito interessante - um empresário se colocando à disposição do Poder Público e do Movimento para ajudar na arborização do Parque ou do serviço.

Então acho que temos de pensar novos modelos para fazer a gestão dos parques, de outra forma que talvez não essa que pensamos. Quero parabenizar todos do Movimento porque em menos de três dias conseguimos trazer muita gente aqui e fazer essa ação com os Vereadores. Agradeço muito todos que contribuíram com esse processo.

Meu nome é Maria do Carmo. Sou do Instituto IUS e também moradora do Butantã.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** - Obrigada. Tem mais um inscrito do público.

**A SRA. VERA MARIA** – Meu nome é Vera Maria. Sou do Coletivo Linhas de Sampa. Quero falar rapidamente três coisas. Acho que é necessário pensar no direito da terra.

O Vereador Natalini já fez uma audiência e pensou nisso. Na Bolívia isso faz parte, é importante. E aqui não foi falado. Fala-se no meio-ambiente. É o direito da terra. A terra também tem direitos, porque não estamos conseguindo cuidar disso com sustentabilidade.

Segunda coisa, a gestão dos bens públicos, o público fica só na palavra. Nas concessões, o interesse das empresas é sempre pensando o quanto aquilo vai dar de lucro, do dinheiro. Quer dizer, a transferência de novo do dinheiro do público, que foi colocado lá, das pessoas que cuidaram para uma minoria. Hoje mais do que nunca tem de pensar nisso. Por que esse lucro, essa exorbitância, sempre só se pensa em estacionamento, alugar, para gerar dinheiro para quem? Eles chegam lá, fazem as suas melhorias e o lucro é sempre o que está gerindo.

Acho que essa gestão dessa forma não tem cabimento. Está na hora de pensar, o Ministério Público, colocar primeiro quem é o dono, a terra e as pessoas que moram no país e que financiaram aquilo. Na hora que cria uma condição melhor de lucro, aí tem a concessão para o particular. E depois saem daqui, viajam para todos os lugares fora do Brasil dizendo como é lindo, como aquilo é conservado, como a cultura, o que o Nabil falou. É uma destruição porque ninguém pensa na coisa pública, no que o povo quer. É só o dinheiro.

Muito obrigada.

**A SRA.\_\_\_\_\_** - Agradecemos as meninas do Linhas de Sampa. Elas estão colaborando demais com a gente, com essa arte linda que é o bordado em defesa do Parque. Gostaríamos de entregar, aqui, para vocês, para estarem aí, no coração de vocês, essa luta e essa continuidade. Contamos com vocês para estar junto com a comunidade, na defesa desse parque. Está bem? (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Lembro que esta audiência pública foi toda – e ainda está sendo – transmitida ao vivo pelo site da Câmara, [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), e, depois, fica a íntegra à disposição. Eu pergunto para a assessoria se, de praxe, se faz a transcrição de todas as audiências públicas ou se é preciso solicitar.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Vale a solicitação feita aqui, pelo microfone, ou é preciso um memorando ou coisa parecida?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Está bem. Então, depois, vamos solicitar, também, a transcrição, para que o texto também fique disponível, acompanhando o vídeo. Agora, onde ficará publicado? No *link* Audiências Públicas? Porque, como são três comissões reunidas... Existe um *link* só para audiências públicas. Não existe, no *site*? Vamos garantir que esteja localizável em Audiências Públicas, pelo menos. Talvez eu consiga fazer incluir nas outras três comissões, também, mas eu não estou bem certa da “geografia” das páginas das comissões para ter certeza disso. Contudo, há um *link* para Audiências Públicas e faremos constar lá, então, a íntegra do vídeo e a transcrição de todas as falas.

---

Vereador Celso Giannazi?

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Obrigado. É só completando, aí, pegando um pouquinho da fala da Carminha, mostrando a lógica que acontece. Quando o Estado – falo do Estado como um ente – começa a querer terceirizar ou fazer a concessão, ele começa, primeiramente, a precarizar, mostrando para a sociedade que aquilo, com a Administração Pública tomando conta, não vai para frente. Então, a população aceita ver aquilo como verdade e depois vem o processo de concessão, de terceirização. Isso é uma lógica que ocorre no Brasil inteiro – e, aqui em São Paulo, também, muito fortemente.

Eu discordo parcialmente do Vereador Antonio Donato. Nós somos, sim, contra a concessão, dessa forma, quando um Governo se presta à entrega do patrimônio público. Temos vários casos. Temos o Pacaembu. Temos a SPTuris, agora. O Governo vai colocar cem milhões de reais para sanar as dívidas da SPTuris e entregar à iniciativa privada uma empresa bonitinha, prontinha, para gerar lucro. Então, não podemos concordar com isso, de forma alguma.

Mais uma coisa que temos de colocar no debate: estamos colocando aqui uma empresa privada que visa o lucro, tomando conta do patrimônio público, em detrimento da população, mas não colocamos aqui, em nenhum momento, a ampliação, o aumento do orçamento da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A Prefeitura de São Paulo tem uma dívida ativa, aqui, de 120 bilhões de reais. Em nenhum momento, a Prefeitura faz um movimento sequer para ir buscar recursos dessa dívida ativa, aumentando o orçamento da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, para tomar conta dos nossos parques. Isso temos de fazer. Isso temos de cobrar dos nossos prefeitos, dos nossos Vereadores. Esse movimento tem de ser feito a todo momento. Então, saímos daqui e começamos a olhar só se a privatização e a concessão são boas ou ruins. Temos de brigar para que a Administração faça isso – e tem condições de fazer isso, se for buscar, realmente, os recursos de onde podemos ir buscar.

Então, era isso o que eu queria deixar, também, registrado, aqui. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) –** Vereador Nabil Bonduki?

**O SR. NABIL BONDUKI –** São duas coisas. Primeiramente, em relação à área cultural de que se falou aqui, o Polo Cultural, inclusive, já está previsto. Nós fizemos, no final da gestão Haddad, um decreto que estabeleceu todos os equipamentos municipais e está previsto o Polo Cultural e de Economia Criativa da Chácara do Jockey. Esse polo tem exatamente esse caráter que foi colocado aqui, que é um polo onde estão previstas atividades de todas as áreas de criação, onde seria, de certa forma, feita...

A ideia original era de que fosse feito um edital para que aquele espaço fosse assumido por organizações, por coletivos culturais da Cidade, que pudessem investir na reabilitação dos edifícios e, ao mesmo tempo, criar um polo de inovação e de criação, com caráter cultural. Então isso, claro que precisaria ser melhor desenvolvido, nós não tivemos tempo de aprofundar isso, mas nesse momento, acho que é o momento para poder fazer, em outra oportunidade, um debate mais profundo para poder... Esse é o caráter do laboratório que a SP Cine ia implantar lá, que poderia servir de âncora para outras pequenas empresas da

área de audiovisual, que pudessem ser instalar no local e pudesse dessa maneira criar uma área que não teria impacto do ponto de vista de público, mas que pudesse ter uma atividade cultural importante ali e acho que isso pode se perder.

Acho que essa é uma questão que eu queria falar. A outra coisa, no início, eu acho que é impossível a gente garantir um caráter de parque e de área de interesse público totalmente paga pelo setor privado. Isso é inviável, o poder público tem de colocar dinheiro, é evidente, é uma ação importante. É claro que pode haver rendas adicionais sobre gestão privada ou até mesmo sobre gestão pública. Para isso o poder público tinha de ser mais ágil porque é muito difícil, por exemplo, fazer uma licitação para fazer um restaurante, um bar, um serviço que pudesse dar alguma receita adicional, não só para parques, mas para outros acentos culturais, equipamentos. É muito difícil hoje a nossa legislação é muito amarrada, mas o setor privado tem mais agilidade. Isso não quer dizer que o setor público não possa também criar condições legais para que isso possa acontecer.

Então a receita privada pode ser ou a receita de uso de espaço desde que obviamente previsto pode gerar uma receita adicional àquele recurso público. Essa é uma questão que precisamos ter clara: a ideia de que você vai, através da concessão à Prefeitura, ela cruzar os braços e não colocar o dinheiro para equipamentos de esporte, para equipamentos de Meio Ambiente, de Cultura, essa ideia não existe. Inclusive as OS estaduais o estado, todos os equipamentos culturais do Estado que são geridos por OSs, o estado coloca recursos. Depois a OS busca outros recursos eventuais para poder complementar a receita e poder fazer mais atividades, mas o estado coloca recurso.

Veja que começaram com o Ibirapuera porque são parques que estão nas zonas mais privilegiadas da Cidade, onde existe mais interesse privado. O metro quadrado do Ibirapuera, do Butantã, é muito mais alto do que nos parques da periferia. Depois que fizerem essas concessões os outros parques não vão ter nenhum interessado por que não vai gerar receita no volume que está se pensando. Isso é realmente uma proposta inadequada para

pensar.

A última coisa que eu queria falar é o modelo de eventuais concessões ou parcerias do poder público com outras entidades, nós não precisamos necessariamente ter concessão com empresas, como foi o caso de quem ganhou a concessão do Ibirapuera, que é uma empresa da construção civil. Podemos ter parcerias com entidades da sociedade civil que possam assumir esse papel inclusive aí com mobilização da sociedade. Então acho que esse modelo que em outros lugares existem que obviamente não vai significar não ter recurso público, mas significa provavelmente ter uma melhor visão sobre o que fazer no parque, mobilizar recursos da comunidade, que seria uma gestão comunitária dos parques que me parece que hoje pela mobilização que existe na sociedade em torno da questão ambiental a gente falou aqui de hortas, de pequenas empresas de inovação de economia criativa, tudo isso são movimentos que a sociedade está fazendo e que tem interesse em estar nesses espaços, ajudar na gestão deles e evidentemente, com apoio de recursos públicos, e com mobilização da sociedade e mobilização de alguma receita adicional, vai gerar uma sugestão muito melhor para os parques do que o modelo empresarial, que é o que está nesse projeto de concessão.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) –** Obrigada Vereador. Vereador Donato, Vereador Beto social, Dr. Carlos Henrique. Então eu quero fazer uma contribuição final que é a seguinte: precisamos definir como se dá a construção do Plano Diretor porque não existe, até onde eu sei, um processo estipulado que se aplique, de pronto, aos parques urbanos. Precisamos construir isso. Isso tem de sair como um compromisso das comissões presentes, dos vereadores presentes, como bem lembrou o nobre Vereador Natalini - ele nem é de nenhuma dessas comissões – Mas não estaria fora daqui, hoje, de jeito nenhum. Talvez, propor a criação de um grupo de trabalho...

Pois, não! Pode falar.

**(NÃO IDENTIFICADA) –** Boa tarde. Como bem disse o nobre Vereador Natalini –

sou assessora dele, com maior orgulho – Obrigada ao Promotor que nos auxiliou. Essa questão do Plano Diretor, nobre Vereadora Soninha, eu acho importante a gente falar, eu agradeço por nos dar a oportunidade, a população é imprescindível. Não fomos ouvidos, enquanto população naquele primeiro momento, para quem esteve na audiência como Promotor Carlos Henrique, essa foi uma das coisas que nós pontuamos, tanto para o caso do Ibirapuera, quanto para o caso do Parque Chácara do Jockey. Eles não ouvem a população. Se nós não mantivermos essa força que estamos tendo agora, esse movimento vai acontecer a liberação do Plano Diretor, e aí depois não vai adiantar esse movimento jurídico que foi feito...

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Se dá uma etapa por cumprida, tica ali tarefa feita. Como é que vai ser a construção do Plano Diretor? Claro que existem princípios, diretrizes, mas tem de ter normas concretas que assegurem a participação...

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Ninguém melhor para falar sobre o parque, que a própria população. Então precisamos que vocês todos se mantenham presentes, até que a etapa da concessão seja 100% concluída. É aquele famoso momento. Ninguém solta a mão de ninguém. Obrigada!

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Muito obrigada a todos os presentes  
Não havendo mais inscrições...

Pois não!

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Na verdade uma questão, assim, para tentar auxiliar isso. Não sei se os vereadores poderiam fazer uma solicitação formal à Prefeitura, para que encaminhe informação de como ela pretende fazer o processo participativo, ao processo do Plano Diretor. Nós, do movimento, temos diretrizes que até compartilhando com a Prefeitura, SPParcerias, sobre como seriam feito, o que deveria ter o Plano Diretor e nós também temos conhecimento de planos diretores de outros parques, que foram feitos de forma participativa e temos pessoas que participaram desse processo participativo que podem contribuir bastante. Então se a Prefeitura abrir o diálogo de como vamos fazer, se a gente conseguir já desde de

imediato uma reunião na Secretaria do Verde para começar a discutir isso, nós com certeza, estaremos presentes.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Muito obrigada. Contém conosco.

Com a palavra, Dr. Carlos Henrique.

**O SR. CARLOS HENRIQUE** – Apensas complementar isso. Como eu falei aqui, se caso a Prefeitura elaborar um Plano Diretor, só com a vontade dela sem ouvir a população. Se o Ministério Público, se o Vereador Natalini, os autores da ação popular e ação civil pública não concordarem o edital está automaticamente cancelado. Isso eu já disse aqui. Então é todo interesse, no meu modo de ver, da Prefeitura de fazer um Plano Diretor compatível com os interesses da população. Se eles não fizerem isso, vão ter de lançar outro edital com toda a tramitação de outro edital. Isso não interessa para Prefeitura.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Só para ponderar. É isso que a gente, realmente, pensa e foi isso que a gente costurou. Foi um trabalho de mãos dadas, mas daí a importância de vocês estarem presentes. Porque senão a gente, também, não consegue atender os Municípios. Tá bom gente! Estamos sempre à disposição.

---

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Não havendo mais inscrições nem nada mas até tratar nessa audiência específica, mais muito mais a tratar daqui por diante, declaro encerrada essa audiência pública. Tenham todos, uma ótima semana.